



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 70 /GG**

LIDO NO EXTERIOR  
Em, 21/10/2014

Teresina (PI), 20 de Setembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Complementar que **"Altera a Lei Complementar nº 56, de 01.11.2005 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Piauí) e a Lei Complementar nº 59, de 30.11.2005 (Organização da Defensoria Pública do Estado do Piauí, a carreira de Defensor Público e o regime jurídico de seus membros)."**

O projeto de lei objetiva a modificação nos dispositivos que vedam a concessão de licença para estudo do servidor fora do Estado quando aqui houver curso semelhante. Nesta esteira pretende-se alterar a redação do §1º, do art. 55, da Lei Complementar nº 56/2005 e o §1º, do art. 77, da Lei Complementar nº 59/2005, retirando a expressão "(...) sendo vedada a concessão desta licença para cursos existentes no Estado."

A manutenção da atual redação normativa acarreta limitação ao desenvolvimento técnico-científico de nossos servidores, pois pode haver cursos em outras localidades (inclusive no exterior) que, mesmo tendo similares internamente ao Estado, proporcionariam melhores níveis de conhecimento.

Sendo assim, visando permitir crescimento técnico e melhor desenvolvimento ao serviço público (que passa pelo investimento nos servidores), propõe-se retirar tais limitações do ordenamento jurídico.

Ademais, recentemente, esta Casa Legislativa aprovou semelhante projeto de lei, que ensejou a revogação do § 3º, do art. 104, e do §1º, do art. 105, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, tornando-se imperativo a extensão deste benefício às demais categorias de servidores públicos estaduais.

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto à superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.

**ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO**  
Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor

Dep. **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

**NESTA CAPITAL**

TERESINA-PI, 21-10-14  
PARA LECTURA EM PLENÁRIO  
Secretário Geral da Mesa

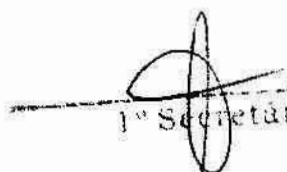


**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 20 DE Outubro DE 2014**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 21/10/2014

  
1º Secretário

Altera a Lei Complementar nº 56, de 01.11.2005 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Piauí) e a Lei Complementar nº 59, de 30.11.2005 (Organização da Defensoria Pública do Estado do Piauí, a carreira de Defensor Público e o regime jurídico de seus membros).

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo autoriza e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O §1º, do art. 55, da Lei Complementar nº 56, de 01 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.....  
§1º O Interesse da Procuradoria Geral do Estado será avaliado objetivamente pelo Conselho Superior.  
(...)” (NR)

Art. 2º. O §1º, do art. 77, da Lei Complementar nº 59, de 30 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77.....  
§ 1º O interesse da Defensoria Pública do Estado será avaliado objetivamente pelo Conselho Superior.  
(...)” (NR)

Art. 3º Ficam revogados os arts. 1º e 2º, da Lei nº 6.580, de 23 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 181, de 23.09.2014.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 20 de Outubro de 2014.**

